



NÃO FAÇA DO SEU PAÍS UMA REPUBLICUETA. A VÍTIMA PODE SER VOCÊ – REVISTO - Publicado originariamente em 03 de Abril de 2016.

R

Onair Nunes

NÃO PERCAMOS TEMPO, NÃO PERCA O SEU TEMPO, A ORDEM PREVALECEMOS SEMPRE, AINDA OS PERÍODOS DE OBSCURANTISMO. TENHAMOS EM MENTE, TENHA EM MENTE A DICÇÃO DO ADVOCADO MARCOS DA COSTA, ABAIXO REPRODUZIDA: **O que se espera é que, ao final do processo, bandidos sejam condenados e inocentes absolvidos. É sempre haverá um processo, legal e formal, social ou de que formato, origem ou inspiração seja. A pena poderá não ser diretamente aplicada, mas sempre haverá uma pena, às vezes dolorosa, muito dolorosa. Faça uma releitura da história, do mundo, da vida. O acaso não existe, senão como referência consoladora.**

Um dia desses da última semana, em torno das sete horas da noite, um homem arengava num canal de televisão segurando uma gravata amarela, de seda pura, claro, a respeito de alguns senhores que usam gravatas vermelhas e que, segundo ele, declararam que pararão o país na ocorrência de determinada circunstância. Fez questão de declarar-se a favor da tal determinada circunstância; apelando em seguida para que os senhores das gravatas vermelhas não parassem o país, sugeriu-lhes que usassem gravatas amarelas, como a que segurava, uma simbologia para patriotismo, creio. Tinha no rosto uma vaga expressão debochada.

O país está parado desde algum tempo à conta de um movimento que visa atirar todos contra todo mundo, instilar ódio e dividi-lo à conta de um projeto político frustrado e da tentativa de resolver de vez o entrave do Brasil se houver desalinhado. É preciso refletir; de repente, quem perdeu seu emprego não o perdeu por culpa do Governo Federal, mas por obra e graça de senhores que arengam na televisão segurando gravatas amarelas, mas não as usam. O senhor da arenga não usava, ele próprio, gravata amarela, talvez nunca tenha usado, e sua performance, raciocínio indutivo, pode ter estado a serviço de qualquer coisa ou qualquer um, menos do Brasil ou das pessoas com quem ele e sua gente dizem preocupar-se.

Temos um processo político de impedimento presidencial iniciado na Câmara Federal, admitido por seu Presidente, réu perante o Supremo Tribunal Federal num processo assentado em provas condenatórias irrecusáveis, e réu também em processo que corre perante o Comitê de Ética da Instituição que preside. Quanto a este, na última quarta-feira, 30, em flagrante manobra fraudatária, tentou enganar o Comitê, frustrada a tentativa de afastar 3 membros que lhe são contrários, deixando clara e estabelecida sua vocação para a obliquidade de comportamento. Este fato foi essencial para a compreensão da questão ética: Ele próprio, apesar do discurso em contrário, tem como certa a cassação do seu mandato, sem prejuízo dos efeitos do processo em curso no STF. Esse senhor conduz um processo de impedimento no qual não há fato certo e provado quanto à Responsabilidade e não se vislumbra o requisito da juridicidade, necessário o concurso conclusivo destes dois elementos para que o pedido de impedimento prospere e o leve a julgamento no Senado. Em tais circunstâncias, o processo nasceu enodado pela suspeição. É verdade que na Câmara a decisão é política e a defesa tem de dar ênfase a esse aspecto da questão, o devido processo legal só labora quanto às formalidades extrínsecas, o resultado da votação não desafia recurso e cada deputado vota segundo sua própria conveniência ou apetites, mas é também verdade que há Congressistas que se dão o respeito e têm por assumido o compromisso de representação efetiva da parcela legalista, moral e eticamente sadia da Sociedade. Uma pergunta: Em que medida o Congresso é espelho da Sociedade brasileira?

Sem o estabelecimento preciso e indubitável do nexa causal não se há de imputar o visado, não há crime de que possa ser acusado.

As razões de pedir, incertas, oportunistas, não perceptíveis além do projeto político frustrado e do desalinhamento do Brasil, têm o indistigável ranço do elitismo. As lideranças estabelecidas nunca aceitaram a eleição de um operário para a Presidência da República e têm muito medo dele na próximas eleições presidenciais; um governo de sua indicação bem sucedido escancararia as portas para a volta do operário. Sugiro a leitura do artigo do ator Wagner Moura publicado na Folha de São Paulo da quarta-feira, 30, cujas linhas principais abonam artigos recentemente publicados aqui no blog, é dizer, não se defende corruptos, processados na forma da lei, nem se tingem de cores partidárias desvios eventualmente praticados; ao contrário do que vinha sendo noticiado, expressivo número de brasileiros quer que todos os procedimentos da lide tenham a publicidade da lei, não publicidade seletiva, midiática e negativa, e se revistam de todos os requisitos jurídico/processuais, observadas com rigor as normas constitucionais e legais aplicáveis. É oportuno registrar extrato do artigo mensal do Presidente Marcos da Costa no Jornal da Seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil:

É preciso lembrar que qualquer um de nós pode vir a ser réu em um processo penal. Responder a uma ação penal não significa ser culpado. Mesmo inocentes são réus. O que se espera é que, ao final do processo, bandidos sejam condenados e inocentes absolvidos.

Um deputado Presidente da Câmara Federal foi cassado e destituído de seus direitos políticos sob a acusação de exibir status econômico/financeiro incompatível com os seus rendimentos baseada em prova técnica da existência em seu favor do valor não explicado de 1 (hum) milhão de dólares. Inconformado, bateu-se; anos depois o Supremo Tribunal Federal reconheceu sua inocência. Alegação do Perito Contador: Confundiu um valor de mil dólares com o valor de 1 (hum) milhão de dólares, simples e pavoroso assim. Isso não é exemplo, é paradigma, aconteceu com um deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

Quem pintou o quadro hoje diante de nós ensinou o Brasil a odiar sistêmica e organicamente; somos uma nação que se odeia. Eu já escrevi aqui, somos uma nação raivosa, arrogante, grosseira, mal-educada e desrespeitosa, que ofende com naturalidade e facilidade, pessoalmente, pela internet, de todas as maneiras. Quem fez isso ensinou aos desavisados que somos todos iguais, não perante a lei, que isso é certo e indeclinável; só que essas mesmas pessoas agem como se estivessem acima da lei. Não somos iguais, existencialmente, conforme nossas histórias de vida, pessoalmente, de acordo com nossas atitudes e comportamentos, e pelo ofício em face da Sociedade. Um Juiz de Direito é alguém diferenciado, de vida naturalmente recolhida e discreta vivida num distanciamento adequado e necessário, em cujas mãos se colocam paternidades, maternidades, o trabalho, patrimônios formados em toda uma vida. Certamente não esperamos ver um Juiz de Direito numa passeata carregando cartazes e gritando palavras de ordem como um sindicalista militante. Um Ministro da mais alta Corte de Justiça do país não é igual a todo mundo sob nenhum aspecto; o Julgador não é a pessoa, é a toga, que não pode ser desrespeitada e achinchada por ninguém e por alguém a quem ensinaram ódio e desrespeito, dizendo-lhe e convencendo-o à força de verdadeiras lavagens cerebrais midiáticas que ser Ministro da Corte não o faz diferente de ninguém, que o Ministro da Corte é igual ao seu ofensor desrespeitoso, mal-educado, primário, um anticidadão. Um ex-Presidente da República, ainda haja quem o queira, não é um homem como qualquer outro. Pelas inerências da função, lidou com todo tipo de situações delicadas, conheceu um largo espectro de segredos, nacionais e internacionais, viveu situações cuja revelação pode ter efeitos altamente explosivos, etc. e etc.. Nos limites da lei, esse homem precisa ser preservado; é questão de bom senso mínimo, até mesmo de segurança nacional. O líder religioso, o religioso de apoio que ouve confissões de toda ordem, a Secretária congressual, o advogado que lida com extensa gama de misérias humanas e procura equacioná-las segundo os padrões legais por efeito do seu múnus, para cumprir a indispensabilidade da administração da Justiça atribuída à sua atuação pela Carta da República, esses homens e mulheres são de algum modo diferenciados.

Uma observação necessária: Talvez tenha chegado o momento de encarar a questão em sua inteireza; há muito mais em jogo do que um “mero” mandato presidencial. O equilíbrio de forças modificou-se irremediavelmente, implicando dizer que a América do Sul está escapando, salvo vizinhas razões, como areia entre os dedos de antigas lideranças que lhe travavam o desenvolvimento. A sementeira do ódio foi necessária, ele divide de forma inconciliável, é o primeiro passo de forças organizadas no sentido de submeter pessoas, povos. Isso é histórico, não é uma singela visão pessoal. E aí entra uma classe especial de pessoa; os patriotas se respeitam, mesmo estando em lados contrários, eles fazem o que acreditam ser o melhor para os seus países, é impossível cooptá-los. Resta o desprezo, não para o patriota contrário; o conquistador o reserva para o traidor do seu país, que viabiliza a conquista.

A visão das ruas, superficial, muitas vezes equivocada e frequentemente distorcida pelos profetas do caos, não pode colocar a todos no mesmo samburá, especialmente por circunstâncias essencialmente político/partidárias de ambientes nos quais mais da metade dos seus membros é delatada como beneficiária de irregularidades. Em boa hora houve reação. E porque homens e mulheres são iguais apenas em face da lei, ela deve valer para todos ou não valerá para ninguém, a barbárie almejada pelos instiladores do ódio, pelos artífices da divisão que, parecem, não contaram com consequências quando inauguraram o vale-tudo; em termos médios, toda violência, qualquer seja ela, gera uma reação contrária que a iguala ou supera. Por deformação, há pessoas, essas pessoas que se colocam acima da lei, de tudo, de todos, comportam-se como se suas atitudes, incompatíveis com a higidez necessária à vida em Sociedade, fossem infensas a reações; abrem suas caixas de Pandora — em cujo interior, além de maldades, colecionam também imundícies — esperando de volta queixas e/ou rendições. Até acontece com pessoas fracas, amedrontadas e desprotegidas, mas ocorre de o mundo não ser feito apenas de pessoas fracas, amedrontadas e desprotegidas.

Afinal, em direito, todo desvio reparado, no enquadramento formal, não induz a aplicação da pena mais severa; é critério de julgamento sopesar o conjunto das circunstâncias, notadamente a possibilidade de ocorrência de danos irreparáveis, como aconteceu com o deputado gaúcho. O espectro dos problemas em pauta é demasiado amplo e complexo, abrangendo claras atitudes vindicativas temperadas com muito ódio, preconceito e oportunismo. A norma constitucional e a lei federal em tese, que definem a competência e atuação das Cortes Constitucionais e Superiores, nada têm a ver com o clamor das ruas, com as paixões políticas, com os projetos de poder paralelos a elas; a norma constitucional e a lei são distantes, impessoais e frias. Tem de ser assim, pois delas deve emanar, com todo o distanciamento, a palavra de ordem, o comando e a autoridade que se superpõem às visões pessoais, aos posicionamentos institucionais, do contrário nada mais seremos além de uma colonial terra de ninguém, não seremos uma nação, um país, mas, tão somente, um vasto aglomerado de bárbaros.

